

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), relativas ao exercício ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros. A Instituição possui participação societária nas empresas BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Serel Participações em funcionar pelo Banco Central do Brasil. No exercício de 2022, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 134 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 426 milhões e Ativos Totais

Diretoria

		BALANÇO PAIK	INCHIAL EN 3
	Nota	2022	2021
Ativo			
Disponibilidades	4	53	51
Instrumentos Financeiros		7.047.594	15.023.328
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	306.412	171.800
Títulos e Valores Mobiliários	6a e 6b	5.665.984	13.799.046
Operações de Crédito	7	81	720
Outros Instrumentos Financeiros	11	1.075.117	1.051.762
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa		(32)	(339)
Operações de Crédito	7	(32)	(339)
Créditos Tributários	23	649.117	634.183
Investimentos em Controladas e Coligadas	8	351.445	324.857
Imobilizado de Uso	9	72	72
Intangível	10	586	586
Depreciações e Amortizações		(657)	(652)
Imobilizado de Uso	9	(72)	(71)
Intangível	10	(585)	(581)
Outros Ativos	12	141.626	169.504
Valor Recuperável de Ativos		(2.108)	(2.108)
Total do Ativo		8.187.696	16.149.482

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil						
2022	2021		Nota	2022	2021	
		Passivo				
53	51	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		6.363.821	11.158.898	
7.047.594	15.023.328	Recursos de Instituições Financeiras	13a	6.363.821	11.158.898	
306.412	171.800	Provisões		973.400	965.473	
5.665.984	13.799.046	Outras Provisões	14	973.400	965.473	
81	720	Impostos Diferidos	23	219.444	193.499	
1.075.117	1.051.762	Outros Passivos	16	204.889	110.841	
(32)	(339)	Total do Passivo		7.761.554	12.428.711	
(32)	(339)	Patrimônio Líquido				
649.117	634.183	Capital Social	17	370.000	3.024.578	
351.445	324.857	Reservas de Lucros	17	59.845	694.134	
72	72	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(3.703)	2.059	
586	586	Total do Patrimônio Líquido		426.142	3.720.771	
(657)	(652)					
(72)	(71)					
(585)	(581)					
141.626	169.504					
(2.108)	(2.108)					
8.187.696	16.149.482	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.187.696	16.149.482	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

2º Semestre

2022

306.465

306.465

Acumulado em 31 de dezembro

171.851

(390.098)

426.142

2022

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil					
		2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	Nota	2022	2022	2021	
Receitas da Intermediação Financeira		164.123	480.659	724.216	
Operações de Crédito	7	237	479	504	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6c	163.886	480.180	723.712	
Despesas da Intermediação Financeira		(185.205)	(410.634)	(497.786)	
Operações de Captações no Mercado	13b	(185.205)	(410.634)	(497.786)	
Resultado da Intermediação Financeira		(21.082)	70.025	226.430	
Reversão/(Despesa) de Provisão para Créditos de Liquidação					
Duvidosa		(17)	307	(44)	
- Operações de Crédito	7	(17)	307	(44)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(21.099)	70.332	226.386	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		59.166	86.673	(44.085)	
Despesa de Pessoal	18	-	-	(823)	
Outras Despesas Administrativas	19	(3.639)	(8.178)	(10.816)	
Despesas Tributárias	20	(791)	(6.136)	(9.538)	
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	8	14.817	26.501	13.706	
Outras Receitas Operacionais	21	75.713	122.893	68.375	
Outras Despesas Operacionais	22	(43.941)	(103.450)	(70.440)	
(Despesa)/Reversão de Provisões	15	17.007	55.043	(34.549)	
- Trabalhista		-	2.230	(180)	
- Cíveis		17.007	52.813	(34.369)	
Resultado Operacional		38.067	157.005	182.301	
Resultado Não Operacional		260	292	3.030	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		38.327	157.297	185.331	
Imposto de Renda e Contribuição Social	23	29.072	(22.914)	(98.274)	
Lucro Líquido		67.399	134.383	87.057	
Lucro por Ação em R\$		433,54	864,40	559,98	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil	
•	

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2022	2022	2021	
ucro Líquido do Período	67.399	134.383	87.057	
Outros Resultados Abrangentes	(4.641)	(5.762)	66	
ijustes de Avaliação Patrimonial	(4.641)	(5.762)	66	
Resultado Abrangente do Período	62.758	128.621	87.123	
As Notas Explicativas são parte integrante das D	emonstrações Financeir	ras		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	38.328	157.296	185.331
	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	2.469	(20.187)	7.588
)	(Despesas)/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.469 (17)	(340)	7.588
)	Depreciação e Amortização	(1/)	(340)	44
	1 1 1	(14 017)		
	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(14.817)	(26.501)	(13.705)
)	Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	17.302	6.650	16.836
)	Perda na Venda de Investimento	-	-	3.963
	Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	40.797	137.109	192.919
)	(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(3.800.226)	8.114.277	2.401.524
)	(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros Ativos	(9.699)	(23.355)	270.172
)	(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	56	673	543
′	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	26.118	29.707	2.476
	Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	3.785.205	(4.795.077)	(3.234.034)
)	Aumento/(Redução) em Provisões	214	1.277	(94)
)	Aumento/(Redução) em Outros Passivos	22.651	25.544	(4.364)
)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.822)	(46.985)	(33.941)
)	Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	63.294	3.443.170	(404.799)
	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
	(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(9.975)	7.695	29.847
)	Dividendos Recebidos	-	12	50
,	Aquisição de Imobilizado de Uso	-	-	(213)
	Alienação de Imobilizado de Uso	-	-	26
	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(9.975)	7.707	29.710
	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
	Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(492.263)	(15.009)
	Redução de Capital	-	(2.824.000)	-
	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	(3.316.263)	(15.009)
	Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	53.319	134.614	(390.098)
	Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	253.146	171.851	561.949

Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa.. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO D	AS MUTAÇÕES DO PATI	RIMÔNIO LÍQUIDO	- Em Reais mil				
Eventos	Capital Social	Redução de capital	Reservas de	Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.087.000	-	218.194	410.240	1.993	-	3.717.426
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	66	-	66
Redução de Capital	(62.422)	-	-	-	-	-	(62.422)
Lucro Líquido	=	-	-	-	-	87.057	87.057
Destinações: - Reservas	-	-	4.353	62.028	-	(66.381)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(681)	-	(20.676)	(21.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.024.578	-	222.547	471.587	2.059	-	3.720.771
Ajustes de Avaliação Patrimonial	=	-	-	-	(5.762)	-	(5.762)
Aumento de Capital com Reservas	169.422	-	(169.422)	-		-	
Redução de Capital	(2.824.000)	-	-	-	-	-	(2.824.000)
Dividendos Pagos com Reservas	-	-	-	(471.587)	-	-	(471.587)
Juros sobre o Capital Próprio Deliberados com o Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(57.535)	(57.535)
Dividendos Deliberados com o Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(70.128)	(70.128)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	134.383	134.383
Destinações: - Reservas	-	-	6.720	=	=-	(6.720)	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	370.000	-	59.845	-	(3.703)	-	426.142
Saldos em 30 de junho de 2022	3.194.000	(2.824.000)	56.474	47.725	938	-	475.138
Ajustes de Avaliação Patrimonial	=	-	-	-	(4.641)	-	(4.641)
Redução de Capital	(2.824.000)	2.824.000	-	-	-	-	-
Dividendos Pagos com Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Deliberados com o Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(57.535)	(57.535)
Dividendos Deliberados com o Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(70.128)	(70.128)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	67.400	67.400
Destinações: - Reservas	-	-	3.370	(47.725)	-	44.355	-
- Estorno de Dividendos Propostos no Primeiro Semestre	-	-	-	-	-	15.908	15.908
					(= ===)		

Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período .

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Saldos em 31 de dezembro de 2022.

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses quando, então, são baixadas contra a provisão do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compe

O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam

financeiras devem ser entendidas neste contexto. 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do BERJ evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como; a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros.

Alguns números deste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2023 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do BERJ. b) Apuração do resultado

sultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentapelo método de equivalência patrimonial. das em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata die e

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável calculadas com base no método exponencial.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos re-

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exere) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período
- Títulos disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e a contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e a contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e a contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e a contrapartida do contrapartida do
- Títulos mantidos até o vencimento são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo baseia-se, geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa

exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração. f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
e de 15 a 30 dias	В
· de 31 a 60 dias	С
· de 61 a 90 dias	D
· de 91 a 120 dias	E
· de 121 a 150 dias	F
· de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	Н

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que c reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classifica-

das como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está

acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos ris de crédito. A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo

admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Investimentos em coligadas e controladas

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transpor-

(impairment), quando aplicável.

tes - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), j) Intangível

cidos com essa finalidade · Software: São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como men-

surar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando

os benefícios econômicos futuros esperados. k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

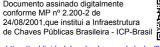
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor

contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos ante
- riores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Admi-
- nistração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras





Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
	NOTAS EXPLICATIVAS DA ADI	MINISTRAÇÃO ÀS DE	EMONSTRAÇÕES FINA	NCEIRAS

m) Outros ativos e passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos

dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata die). n) Resultado recorrente e não recorrente

nos exercícios futuros.

o) Eventos subsequentes

São compostos por:

2022

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

quência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Em 31 de dezembro - R\$ mil

55

339

339

R\$ mil

2021

1.029.707

22.046

169.504

10

31

31

2022

1.070.485

4.623

141.626

32

32

2021

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional	53	51
Total de disponibilidades (caixa)	53	51
Aplicações no mercado aberto (1)	306.412	171.800
Total de caixa e equivalentes de caixa	306.465	171.851
1 Defense a la consegue de la consegue de desta de contra de la contra del la contra de la contra del la co		

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Aplicações em depósitos interfinanceiros:			
Aplicações em operações compromissadas - Posição de bancada	306.412	306.412	171.800
Total em 2022	306.412	306.412	· ·
%	100,0	100,0	,
Total em 2021	171.800		171.800
%	100,0		100,0
b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez			
			R\$ mil

Até 90 dias

2º Semestre 2022 2022 2021 22.767 Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada. 63.205 101.408 101.408 22.767 63.205

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS a) Composição da carteira por título e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2022 2021 Valor de Valor de Valor de 31 a 180 181 a 360 1 a 30 Acima de mercado/ custo Marcação a mercado/ Marcação a contábil contábil Títulos 360 dias atualizado Títulos públicos. 1.338 35.979 37.317 40.720 (3.403)39.124 (4.229)(111) (4.118) Letras financeiras do tesouro 18.120 19.458 19.499 (41) (3.362) 17.250 17.859 21.221 21.874 17.859 Moedas de privatização. Títulos privados. 474.689 140.195 28.961 4.984.822 5.628.667 5.637.843 (9.176)13.759.922 1.455 110.247 5.581.130 Letras financeiras 4.983.507 5.571.989 Letras Imobiliárias garantidas. 25.415 29.948 1.315 56.678 56.713 219.965 (182)141.533 28.961 5.020.801 5.665.984 5.678.563 (12.579) 13.799.046 (2.774)

								Em 31 c	de dezembro - R\$ mil
				2022				20	21
	1 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de	Valor de mercado/	Valor de custo	Marcação a	Valor de mercado/	Marcação a
Títulos	dias	dias	dias	360 dias	contábil (1)	atualizado	mercado	contábil (1)	mercado
Títulos para negociação	464.422	141.147	25.502	79.879	710.950	709.836	1.114	13.763.414	1.455
Letras financeiras	439.007	109.861	25.502	78.564	652.934	651.785	1.149	13.539.957	1.637
Letras financeiras do tesouro	-	1.338	-	-	1.338	1.338	-	3.492	-
Letras Imobiliárias garantidas	25.415	29.948	-	1.315	56.678	56.713	(35)	219.965	(182)
Títulos disponíveis para venda	10.266	387	3.459	4.940.922	4.955.034	4.968.727	(13.693)	35.632	(4.229)
Letras financeiras	10.266	387	3.459	4.904.943	4.919.055	4.929.345	(10.290)	-	-
Moedas de privatização	-	-	=	17.859	17.859	21.221	(3.362)	21.874	(4.118)
Letras financeiras do tesouro	-	-	=	18.120	18.120	18.161	(41)	13.758	(111)
Total geral	474.688	141.534	28.961	5.020.801	5.665.984	5.678.563	(12.579)	13.799.046	(2.774)
73 - 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1									

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

b) Classificação por categorias e prazos

			TQ IIIIC
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	63.205	101.408	22.767
Títulos de renda fixa	103.510	391.654	718.301
Perdas permanentes	(2.829)	(12.882)	(17.356)
Total	163.886	480.180	723.712

Níveis de risco

d) Instrumentos financeiros derivativos A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) l	Modalidades e níveis de risco	

Outros creditos	-	-	-	50	-	-	-	-	31	01	720
Total geral em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	50	-	-	-	-	31	81	
Total geral em 31 de dezembro de 2021	-	176	-	212	-	-	-	-	332		720
b) Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo	de vencimento										
, , ,										Em 31 de de	zembro - R\$ mil
						Níveis de risco					
	AA	Α	В	С	D	E	F	G	Н	2022	2021
Curso normal (4)	-	-	-	50	-	-	-	-	-	50	573
Parcelas vincendas	-	-	-	50	-	-	-	-	-	50	573
1 a 30	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	486
31 a 60	-	-	_	2	-	-	-	-	-	2	8
61 a 90	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	8
91 a 180	-	-	_	4	-	-	-	-	-	4	19
181 a 360	-	-	_	8	-	-	-	-	-	8	7
Acima de 360	-	-	-	33	-	-	_	-	-	33	45
Vencidas até 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Curso anormal (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	31	31	147
Parcelas vencidas (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11	34
1 a 14	-	-	-	-	-	-	_	-	-	_	3
15 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 a 60	-	-	-	-	-	-	_	-	4	4	6
61 a 90	-	-	-	-	-	-	_	-	-	_	3
91 a 180	-	-	-	_	_	-	_	_	_	_	8
181 a 360	-	-	-	_	-	-	-	_	7	7	14
Acima de 360	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_

Provisão complementar Provisão existente.

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; (2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99;

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas; e (4) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Provisão mínima requerida

181 a 360 Acima de 360

Total geral.

II) Operação

R\$ mil Operação Atraso de Total em 31 Exposição Em dia 0 a 14 dias 15 a 60 dias 61 a 90 dias 91 a 180 dias 181 a 360 dias de 360 dias de dezembro 50 Total em 2021. 574 56 90 720 c) Concentração de operações de crédito e outros créditos Em 31 de dezembro - R\$ mil 2022 % (1) 2021 % (1) 50 61.7 242 33.6 Major devedor. Dez maiores devedores... 81 100,0 100,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen. d) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2022 2021 Pessoa física 81 100.0 720 100.0 81 100,0 Total.. 720 100,0

e) Receitas de operações de crédito

	2º Semestre	Acumulado er	n 31 de dezembro
	2022	2022	2021
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		479	504
Total		479	504
f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	9) IMOBILIZADO	DE USO	

R\$ mil

3.917

26.501

4.793

13.706

	2022	2021	
- Provisão específica (1)	91	35	
- Provisão genérica (2)	248	260	~ .
Saldo inicial em 1º de janeiro	339	295	Instalações, mó
Provisão/(Reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(307)	44	Sistema de prod
Saldo final em 31 de dezembro	32	339	Total em 31 de
- Provisão específica (1)	31	91	Total em 31 de
- Provisão genérica (2)	1	248	10) INTANCÍ

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior. 8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em Controladas e coligadas" a) Composição dos investimentos nas demonstrações financeiras Em 31 de dezembro - R\$ mil Valor Contábil

2022 289.805 267.097 Serel Participações em Imóveis S.A. BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 61.640 57.760 324.857 351.445 b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rúbrica "Resultado de participações em controladas e coligadas e de controle compartilhado" e, estão demonstrados abaixo:

Quantidade Resultado de equivalência patrimonial Acumulado em 31 de dezembro de ações/ Patrimônio Participação Capital líquido possuídas no capital Lucro social ajustado (em milhares) líquido 22.584 7.666 Serel Participações em Imóveis S.A. 700.000 11,356734 198.862 2.581.482 1.640 BEC - Distribuidora de Títulos e

99,999997

				Em 31 de deze	<u>mbro - R\$ mil</u>	
				Custo líquido de depreciação		
	Taxa	Custo	Depreciação	2022	2021	
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos	10%	25	(25)	-	1	
Sistema de processamento de dados	20%	47	(47)	-	-	
Total em 31 de dezembro de 2022		72	(72)	-		
Total em 31 de dezembro de 2021		72	(71)		1	

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Títulos e créditos a receber.

				Em 31 de dezer	nbro - R\$ mil
				Custo líquido de	amortização
	Taxa	Custo	Depreciação	2022	2021
Software	20%	586	(585)	1	5
Total em 31 de dezembro de 2022		586	(585)	1	
Total em 31 de dezembro de 2021		586	(581)		5
11) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS					
				Em 31 de dezer	nbro - R\$ mil

Total	1.075.117	1.051.762
12) OUTROS ATIVOS		
_	Em 31 de	e dezembro - R\$ mil
	2022	2021
Impostos e contribuições a compensar	126.499	129.941
Investimentos por incentivos fiscais	2.097	2.097
Dividendos a receber	252	85
Outros investimentos	11	11
Outros	12.767	37.370

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.que institui a Infraestrutura

04067191000160 Pub: 24/02/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code BERJ1567855424022023.pdf

Valores Mobiliários Ltda.

Tecnologia Bancária S.A.

Total..



Empresa da Organização Bradesco

958 612

1.460

965.473

P\$ mil

CNPJ 33.147.315/0001-15 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
a) Pacursos de clientes

,				Em 31 de deze	mbro - R\$ mil
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	2022	2021
Depósitos:					
- Interfinanceiros	-	2.759.958	3.603.863	6.363.821	11.158.898
Total em 31 de dezembro de 2022	-	2.759.958	3.603.863	6.363.821	
%	-	43,4	56,6	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2021	-	10.003.528	1.155.370		11.158.898
%	-	89,6	10,4		100,0
b) Despesas de intermediação financeira					
• •					D¢ mil

			117 11110	
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2022	2022	2021	
Operações de captação no mercado	185.205	410.634	497.786	
Total	185.205	410.634	497.786	
14) OUTRAS PROVISÕES				
		Em 31 de de	zembro - R\$ mil	
		2022	2021	

965.001

1.440

973.400 15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trahalhistas

Provisão para contingências Provisão para pagamentos a efetuar ..

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes/ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradesco BERJ não têm valores individuais relevantes

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumpri mento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões. A principal tese é:

- PIS e Cofins no montante de R\$ 925.813 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 865.287 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos proces sos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão 20 encerradas.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2022	4.275	83.040	871.297
Atualização monetária	222	672	60.800
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	(2.230)	(52.813)	-
Pagamentos	(116)	(146)	=
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.151	30.753	932.097

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributáanálises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 17.416 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 4.385 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.434.772 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 1.304.134 mil) para os processos fiscais. Os principais processos fiscais com essa classificação são:

Autuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2011, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 769.753 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 723.497 mil); e

Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi dis-Autuações e glosas de compensações de creditos de Corins, tançadas apos o transito em julgado ravoravel em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no Gr montante de R\$ 310.070 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 293.192 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no site de Relações de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

16) OUTROS PASSIVOS

_	Em 31 de dezembro - R\$ mi	
	2022	2021
Credores diversos	83.126	54.314
Impostos e contribuições a recolher	21	33.151
Sociais e estatutárias	119.033	20.676
Outros	2.709	2.700
Total	204.889	110.841
17) PATRIMÔNIO LÍCUIDO		

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 370.000 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 3.024.578 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (Em 31 de dezembro de 2021 - 155.463 ações ordinárias).

Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2022, que deliberou o aumento Resultado de capital social no montante de R\$ 169.422 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações Receitas de intermediação financeira.

Em 22 de setembro de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2022, que deliberou a redução de capital social de R\$ (2.824.000) mil, com contrapartida da conta "Reserva Estatutária", sem movimentação de ações nominativas-escriturais

_	Em 31 de dezembro - RŞ mil		
	2022	2021	
Reservas de lucros	59.845	694.134	
- Reserva legal (1)	59.845	222.547	
- Reservas estatutárias (2)	-	471.587	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos O cálculo dos dividendos relativos ao exercício está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido	134.383	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(6.720)	
Base de cálculo	127.663	
Dividendos provisionados a pagar em 2022	70.128	54,9%
Dividendos provisionados a pagar em 2021	20.676	25%
d) Lucro por ação		

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada

18) DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembre	
		2022	2021
Proventos	-	-	250
Benefícios	-	-	472
Encargos sociais	-	-	89
Participação dos empregados nos lucros	-	-	12
Total	_	-	823

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31	do em 31 de dezembro	
		2022	2021	
Serviços técnicos especializados	1.826	3.209	3.366	
Sistema financeiro	225	1.850	2.879	
Seguros	831	1.330	1.113	
Serviços de terceiros	228	402	346	
Propaganda, publicidade e publicações	59	130	135	
Depreciações e amortizações	1	4	68	
Outras	469	1.253	2.909	
Total	3.639	8.178	10.816	

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

			KŞ MIL
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Contribuição à Cofins	-	4.281	7.854
Contribuição ao PIS	-	696	1.276
Despesas com impostos IPTU	420	485	52
Impostos e taxas	371	674	356
Total	791	6136	9 5 7 8

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
			R\$ mil
	2º Semestre	Acumulado em 31 d	de dezembro
	2022	2022	2021
Atualização sobre depósitos vinculados	37.958	68.169	23.264
Atualização monetárias ativas (1)	20.308	35.013	2.067
Reversão de provisão operacional	2.340	3.476	40.451
Recuperação de encargos e despesas	1.553	1.643	105
Juros sobre impostos a compensar	1.300	2.337	768
Variação monetária ativa	12.254	12.255	1.720
Total	75.713	122.893	68.375

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

			RŞ mil
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2022	2021
Variação monetária passiva	37.213	66.816	38.808
Atualizações monetárias dos processos judiciais	4.149	14.507	29.458
Outras	2.579	22.127	2.174
Total	43.941	103.450	70.440

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	Acumulado em 31 d	1 de dezembro	
	2022	2022	2021	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	38.328	157.296	185.331	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes				
(Nota 3g)	(17.247)	(70.783)	(83.399)	
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participações em coligadas	6.668	11.926	6.168	
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	13.746	9.851	(1.694)	
Juros sobre o capital próprio pagos	25.891	25.891	-	
Outros valores	14	201	(19.349)	
Imposto de renda e contribuição social do período	29.072	(22.914)	(98.274)	
b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social				

R\$ mil

(98.274)

(22.914)

Saldo em 31 de dezembro

R\$ mil 2º Semestre Acumulado em 31 de dezembro 2022 2022 2021 Impostos correntes Imposto de renda e contribuição social devidos. 36.778 (8.672)(58.645)Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias... (7.697)(14.233)(17.101)Utilização de saldos iniciais de: (3.783)Base negativa de contribuição social. Total dos impostos diferidos.. (7.706)(14.242)(39.629)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda de contribuição social do período.

lo	2021	Constituição	Realização	2022
S, Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.174	8	(146)	4.036
le Provisões cíveis	37.368	305	(23.834)	13.839
Provisões fiscais	399.294	27.547	-	426.841
Provisões trabalhistas	1.924	131	(1.086)	969
de Impairment de títulos e investimentos	98.913	14.296	(993)	112.216
Ativos não financeiros mantidos para venda	36.322	-	(5.208)	31.114
Outros	55.997	759	(67)	56.689
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	633.992	43.046	(31.334)	645.704
Prejuízo fiscal	191	-	(9)	182
Subtotal	634.183	43.046	(31.343)	645.886
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	3.231	=	3.231
Total dos créditos tributários	634.183	46.277	(31.343)	649.117
Obrigações fiscais diferidas (Nota 23e)	193.499	31.254	(5.309)	219.444
Crédito tributário líquido das obrigações fisçais diferidas	440.684	15.023	(26.034)	429.673

Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, a mesma não trouxe impactos relevantes nas Demonstrações financeiras.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Total	
2023	4.804	3.844	-	8.648	
2024	4.804	3.844	182	8.830	
2025	5.246	4.197	-	9.443	
2026	5.419	4.335	-	9.754	
2027	3.497	2.797	-	6.294	
2028	2.983	2.386	-	5.369	
2029	2.714	2.171	-	4.885	
2030	240.406	191.321	-	431.727	
2031	2.714	2.171	-	4.885	
2032	86.695	69.356	-	156.051	
Total	359.282	286.422	182	645.886	

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. A partir do anc calendário 2025, foram contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022.

rios monta a R\$ 501.476 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 600.469 mil), sendo: R\$ 501.305 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 600.281 mil) de diferenças temporárias e R\$ 171 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 188 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social Todos os créditos tributários do Banco Bradesco BERJ foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2021	Constituição	Realização	2022	
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	7.860	578	(1.759)	6.679	
Ganhos de capital	17.840	-	(3.550)	14.290	
Atualização de depósitos judiciais	167.799	30.676	-	198.475	
Total dos impostos diferidos (Nota 23c)	193.499	31.254	(5.309)	219.444	

com Investidores. As principais transações estão assim representadas:

			LIII 31 de de.	zembro - na mic
	Controlador		Coligadas e Controladas	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	306.412	171.800	-	-
Títulos e valores mobiliários	5.628.667	13.759.922	-	-
Dividendos a receber	=	-	252	85
Passivos				
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	119.032	20.676	-	-
Denósitos Interfinanceiros	6 363 821	11 158 898	_	_

2º semestre de 2022 - R\$ mil Coligadas e Controlador Controladas 151.960 Despesas de intermediação financeira (185.205)

Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil Controlador Coligadas e Controladas 2022 2021 2022 2021 Receitas de intermediação financeira. 463.221 662.969 Despesas de intermediação financeira.. (410.634)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

· O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

· A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2022, foi determinado o valor máximo de R\$ 1 mil (Em 2021 - R\$ 1 mil) para remuneração dos Administradores. Não foi determinado valores para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

c) Dividendos e juros sobre o capital proprio

As acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a a constante de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

							RŞ mil
		1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
	Ativo						
	Disponibilidades	53	-	-	-	-	53
	Instrumentos financeiros	817.746	141.559	28.961	6.059.319	9	7.047.594
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	306.412	-	-	-	-	306.412
	Títulos e valores mobiliários	474.688	141.559	28.961	5.020.776	-	5.665.984
	Operações de crédito	81	-	-	-	-	81
	Outros instrumentos financeiros	36.565	-	-	1.038.543	9	1.075.117
Э	Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(14)	(17)	-	(1)	-	(32)
	Operações de crédito	(14)	(17)	-	(1)	-	(32)
	Créditos tributários	-	12.330	4.529	632.258	-	649.117
	Investimentos em coligadas e controladas	-	-	-	-	351.445	351.445
	Imobilizado de uso	-	-	-	-	72	72
	Intangível	-	-	-	-	586	586
	Depreciações e amortizações	-	-	-	-	(657)	(657)
	Outros ativos	4.229	214	12.987	124.196	-	141.626
	Valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(2.108)	(2.108)
	Total em 31 de dezembro de 2022	822.014	154.086	46.477	6.815.772	349.347	8.187.696
	Total em 31 de dezembro de 2021	267.991	12.333.151	20.457	3.203.011	324.872	16.149.482
	Passivo						
	Depósitos e demais instrumentos financeiros	-	2.759.958	-	3.603.863	-	6.363.821
	Recursos de instituições financeiras	=	2.759.958	=	3.603.863	-	6.363.821
	Provisões	2.632	-	112	970.656	-	973.400
	Provisões para contingências	2.632	-	112	970.656	-	973.400
	Impostos diferidos	-	-	-	219.444	-	219.444
	Outros passivos	71.561	48.905	-	84.423	-	204.889
	Total do passivo	74.193	2.808.863	112	4.878.386	-	7.761.554
	Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	426.142	426.142
	Total em 31 de dezembro de 2022	74.193	2.808.863	112	4.878.386	426.142	8.187.696
	Total em 31 de dezembro de 2021	5.080	10.035.194	1.176.046	1.212.391	3.720.771	16.149.482

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

R\$ mil

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo nº 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2022 foi de R\$ 134.383 mil, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente no período de 2022. Nosso resultado contábil em 2021 foi de R\$ 87.057 mil, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente no período de 2021.

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de deci-

sões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito

c) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.que institui a Infraestrutura

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 24/02/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link BERJ1567855424022023.pdf https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/24/BradescoBE Hash:1677188041a9d84552050c430fbc74771ef3c229c3

(1) Em 2022 contempla o valor de R\$ 12.227 milhões, referente à atualização de Depósitos Fiscais



Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abran- concluídos até a data de entrada em vigor da norma. gentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operacões de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

e) Eventos subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Andrevison Viana de Souza Contador - CRC 1SP278582/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A.

Osasco - SE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bradesco BERJ S.A. ("BERJ" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam KPMG Auditores Independentes Ltda. as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indi- CRC 2SP014428/0-6

vidualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- · Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo. 23 de fevereiro de 2023



Guilherme Zuppo Ventura Diaz Contador CRC 1SP294326/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 24/02/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code

ERJ1567855424022023.pdf

Hash:1677188041a9d84552050c430fbc74771ef3c229c3